

Regimento proíbe modificação na Carta

A Assembleia Nacional Constituinte, finalmente, aprovou, ontem, o seu Regimento Interno, bem como emenda que resguarda as atividades e decisões daquela Casa, mas impede os seus membros de modificarem a atual Constituição. A expectativa é que a votação dos mais de 300 pedidos de destaque ao substituto do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) seja encerrada ainda hoje, possibilitando a promulgação do texto final do Regimento.

A aprovação do substitutivo foi rápida e deu-se pelo voto simbólico de plenário. Mas em seguida começou a polêmica para a votação da emenda do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) que possibilita a apresentação, por um terço dos constituintes, de projeto de decisão destinado a sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões da Constituinte.

Soberania

A proposta de Maurílio teve o apoio do PMDB, PFL, PDS, PTB e PCB, mas foi rejeitada pelo PT, PDT e PC do B porque "na prática, anula a redação do artigo do substitutivo sobre a soberania da Constituinte e signica o seu atestado de óbito", resumiu o pensamento das esquerdas o líder comunista Haroldo Lima (BA). O petista José Genoíno (SP) exigia que a Constituinte se armasse de poderes para revogar "aquilo que na atual Constituição fere a Assembleia Constituinte como as medidas de emergência, estado de emergência, decurso de prazo e decretos-leis, os chamados entulhos autoritários".

Na verdade, a emenda Maurílio Ferreira Lima, aprovada por 394 votos contra 78 e duas abstenções, garante o funcionamento da Constituinte contra ameaças externas, porém, suprime o poder da Casa de alterar a Constituição em vigor conforme previa o parágrafo sete do artigo 57 do substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso.

Alguns constituintes entendiam, inclusive, que a versão original do parágrafo sete permitiria a Constituinte



reduzir o mandato do presidente Sarney. Na dúvida o Palácio do Planalto, através do PFL, bombardeou a proposta, o que resultou no principal impasse para a aprovação do Regimento Interno definitivo, somente, contornado na segunda-feira, depois de diversas

reuniões entre os dois partidos da Aliança Democrática (PMDB e PFL). Antes, porém, na fracassada tentativa de votação do substitutivo, dia 25 de fevereiro passado, o PMDB ainda tentou, sozinho, aprovar a matéria, mas não obteve sucesso. Na oportunidade, o PFL, PTB e PDS retiraram-se do plenário para impedir a votação do substitutivo na sua versão original.

Votação

A votação do substitutivo, ontem, porém, foi tranqüila em razão do acordo feito na véspera entre o PMDB, PTB, PDS, PFL e o PCB. O corpo principal da matéria foi aprovada em menos de cinco minutos, pelo voto simbólico dos constituintes. Luiz Henrique, pediu preferência para votação do parágrafo sete do artigo 57, que definia a soberania da Constituinte. O presidente da Casa, Ulysses Guimarães, colocou a proposta peemedebista em votação, ainda pelo voto simbólico, quando foi aprovada, mas imediatamente o líder do PDT, Brandão Monteiro (RJ), pediu a verificação de votação nominal. A iniciativa de Brandão antevia que os pequenos partidos não seriam derrotados sem, contudo, fixar suas posições pela soberania da Constituinte.

Aprovada a preferência nominalmente para a votação do artigo, o líder do PMDB, Luiz Henrique, pediu, então, uma nova preferência para a apreciação da emenda Maurílio Ferreira Lima. Esta segunda solicitação do líder foi aprovada pelo voto simbólico, sem problemas. Mas quando começou a votação do mérito da matéria, José Genoíno exigiu a votação nominal "para saber quais constituintes são contra a Soberania da Constituinte e a revogação do entulho autoritário".

Josemar Gonçalves



Aprovação do Regimento foi dada por voto simbólico

Bancadas colocam pretensões

Os constituintes começam a partir de hoje a buscar junto aos líderes partidários uma definição sobre a comissão da qual farão parte durante a Constituinte. Enquanto o PDS e o PFL reúnem suas bancadas ainda hoje para definir suas pretensões, o líder peemedebista Luís Henrique (SC) avisa que só tratará do assunto a partir da próxima segunda-feira.

A preferência da maioria dos parlamentares de todas as bancadas recai sobre as duas comissões consideradas como o "filé mignon" da Constituinte: Sistematização e Ordem Econômica. São 89 vagas na Comissão de Sistematização e 63 na de Ordem Econômica que serão disputadas a ferro e fogo. Entretanto, na Comissão de Sistematização, o parlamentar conseguirá o lugar de duas formas. Ele deverá ser eleito presidente ou relator de comissão ou de subcomissão. Mas as contas dessa oito presidências, oito postos de relator de comissão e vinte e quatro cadeiras de relator de subcomissão. Caso não obtenha um destes cargos, o interessado deverá tentar buscar junto a seu líder uma indicação entre as outras quarenta e nove vagas restantes, que serão divididas proporcionalmente entre as bancadas.

Também será através da proporcionalidade que os líderes partidários irão dividir os 40 cargos de presidente de comissão, relator de comissão ou de subcomissão. Mas as contas dessa proporcionalidade é que variam de partido a partido. Contudo, os líderes dos cinco maiores partidos PMDB, PFL, PDS, PDT, PTB e PT — já chegaram a um consenso. Cargo de presidente ou relator da Constituinte pertencerá exclusivamente a membros de seus partidos. Os deputados e senadores das pequenas legendas não terão espaço.

Pelas contas de peemedebistas e pefelistas, os 40 cargos serão divididos assim: PMDB (23), PFL (10), PDS (3), PDT (2), PTB (1) e PT (1). O líder do PTB, deputado Gastone Righi

Controle estará com o PMDB

O PMDB deverá contar com 49 constituintes na Comissão de Sistematização, que apesar de ter seus poderes reduzidos, ainda é a mais importante da Constituinte. Vinte e três destes peemedebistas irão para essa comissão depois de terem exercido funções de presidente ou relator em uma das outras oito comissões ou vinte quatro subcomissões da Constituinte. Os vinte seis peemedebistas restantes, serão indicados pela liderança do partido entre as figuras de expressão da legenda, estando entre eles o futuro relator da Constituinte.

Entretanto, os peemedebistas não estão preocupados apenas em manter o controle da Comissão de Sistematização. Eles vão procurar distribuir seu quinhão de cargos de presidente e de relator nas comissões e subcomissões, de modo a controlar os trabalhos da Assembleia. Fórmula que está sendo analisada pelo presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães (SP), sugeria pelo deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), estipula que o partido deve buscar o lugar de relator de 15 das subcomissões, e a presidência ou o posto de relator de cada uma das oito comissões.

Apenas sobre uma das comissões a direção do partido não demonstra maior interesse, que é a de organização do Estado. Pelo projeto de Scalco, os cargos devem ser barganhados com os outros partidos. Defende o parlamentar

(SP) discorda desses números, argumentando que à sua bancada cabem um cargo de relator e uma presidência, pois representa três e meio por cento da composição da Assembleia. Quanto aos pequenos partidos, Righi sugere que se unam para atingir um coeficiente que lhes permita indicar um relator ou presidente. "Abaixo de meio por cento não tem direito", avisa.

A divisão dos cargos das comissões não será feita apenas entre os partidos políticos. Os líderes no Senado exigem também que a proporcionalidade existente na Constituinte entre deputados e senadores seja mantida. O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), líder peemedebista, exige que cinco cargos entre os quarenta (presidente e relator) lhe sejam entregues. O líder do PFL, senador Carlos Chiarelli, e o do PDS, senador Jarbas Passarinho, poderão indicar um representante. Para as vagas do PFL e PDS do Senado, os nomes já estão definidos. O senador Affonso Arinos (RJ) presidirá a Comissão de Sistematização, enquanto o pedessista, Jarbas Passarinho, obterá uma presidência de comissão.

Os outros 49 constituintes que participarão da Comissão de Sistematização serão escolhidos entre as principais lideranças políticas de cada partido. Nomes como os dos senadores Mário Covas (PMDB-SP), José Richa (PMDB-PR), Roberto Campos (PDS-MT) e outros serão indicados para as vagas.

O deputado Miro Teixeira, vice-líder do PMDB, que está coordenando as indicações para as comissões, já recebeu a maior parte dos formulários que enviou aos parlamentares de seu partido sobre a preferência de cada um. Ontem, enviou novo formulário. Segundo Miro, a indicação para as comissões levará em conta o conhecimento do parlamentar na área em que deseja atuar, além da garantia de que o constituinte irá defender as posições do partido sobre o tema em discussão.

que o PMDB ocupe partes nas seguintes comissões e subcomissões: subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias; Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo; subcomissão de Poder Legislativo; subcomissão de Poder Executivo; subcomissão de Poder Judiciário e do Ministério Público; subcomissão do Sistema Eleitoral e dos Partidos Políticos; subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança; Comissão de Sistema Tributário; Orçamento e Finanças; subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas; subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira; subcomissão dos Sistema Financeiro; Comissão da Ordem Econômica; subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica; subcomissão da Questão Urbana e Transporte; subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária; subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos; subcomissão da Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente; Comissão da Família, de Educação, Cultura, Esporte, Comunicação, Ciência e Tecnologia; subcomissão de Educação, Cultura e Esporte; subcomissão de Ciência e Tecnologia e de Comunicações; e Comissão de Sistematização.

Como serão os trabalhos

A nova Constituição Brasileira estará pronta até novembro, terá o referendo popular antes de sua promulgação e permitirá a participação popular na sua elaboração. Os constituintes não terão poderes para modificar a atual Constituição, salvo se considerarem que os trabalhos e a soberania da Assembleia estejam ameaçados. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal realizarão sessões somente às segundas-feiras ou, em caráter extraordinário quando houver matéria relevante para ser votada. A partir de agora, durante 10 minutos diários, as emissoras de rádio e televisão serão obrigadas a divulgar os trabalhos da Constituinte, que será confeccionado pelo Serviço de Divulgação da Assembleia.

Como será elaborada a Constituição.

O projeto da nova Constituição será elaborado por oito comissões. Composta de 63 membros cada uma e divididas em três subcomissões. Isso significa que cada subcomissão será formada por 20 constituintes. As subcomissões e as comissões terão um presidente e um relator. Os membros das comissões serão indicados pelos líderes em número proporcional às bancadas na Constituinte.

Haverá ainda, além das comissões, uma comissão de sistematização. Ela será integrada por 49 membros, além dos presidentes e relatores das comissões e os relatores das subcomissões. A comissão de sistematização receberá o trabalho das comissões para organizar o anteprojeto da Constituição. Ao anteprojeto dessa comissão, poderão ser apresentadas emendas para que seja elaborado o projeto final.

Quem pode participar

Os constituintes, além de integrarem uma das subcomissões e comissões, podem apresentar propostas às comissões e subcomissões diferentes. Tem direito a discutir a sua proposta, mas não tem direito a voto em comissão ou subcomissão que não seja a que pertence.

As assembleias legislativas, câmara de vereadores e aos tribunais bem como às entidades representativas de segmentos da sociedade podem apresentar sugestões, que serão remetidas pelo presidente da Assembleia às respectivas comissões.

As subcomissões destinarão de 5 a 8 reuniões para audiência de en-

tidades representativas de segmentos da sociedade.

Depois que o projeto da Constituição estiver pronto e for encaminhado para discussão dos constituintes em plenário, será possível apresentação de emendas, desde que inscritas por 30 mil eleitores, em listas organizadas por, no mínimo três entidades associativas, legalmente constituídas, que se responsabilizarão pela idoneidade das assinaturas desde que obedecidas as seguintes condições:

a) A assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores de seu título eleitoral.

b) A proposta será protocolada perante a comissão de sistematização que verificará se foram cumpridas as exigências.

c) A comissão se manifestará sobre o recebimento da proposta em 48 horas. Se negar a aceitação da emenda, caberá recurso ao plenário, se interposto por 56 constituintes, no prazo de três sessões, depois da decisão.

d) Se a proposta receber, unanimemente parecer contrário da comissão, será considerada prejudicada e irá ao arquivo, salvo se for inscrita por um constituinte, caso em que irá a plenário no rol das emendas como parecer contrário.

e) Na comissão, poderá usar da palavra para discutir a proposta, pelo prazo de 20 minutos, um de seus signatários, para esse fim indicado quando da apresentação da proposta.

f) Cada proposta apresentada nessas condições, deverá tratar-se de um assunto, independentemente do número de artigos que contenha.

g) Cada eleitor poderá subscrever, no máximo, 3 propostas.

Plebiscito

O pedido de plebiscito para o projeto de Constituição deverá ser solicitado à Assembleia em forma de projetos de decisão. Assim, deve ser subscrito por 1/3 dos constituintes, receber parecer favorável da comissão de sistematização e depois ser aprovado por 280 votos em plenário.

Divulgação

As emissoras de rádio e televisão cederão, diariamente, ao Serviço de Divulgação, para apresentação de programa informativo, contendo exposição de constituintes e a síntese dos trabalhos da Assembleia, dois horários de 5 minutos cada.

Glossário da Constituinte

Eis aqui um pequeno glossário dos principais termos até agora usados pelos constituintes e que prometem acompanhar os trabalhos da Assembleia Constituinte até a promulgação (publicação do texto final da Constituição no Diário da Casa) da nova Carta.

Projeto de Decisão: Poder político que salvaguarda a Assembleia Constituinte contra ameaças que possa sofrer por seus trabalhos e decisões soberanas na elaboração da nova Constituição. Esse tipo de projeto necessita do apoio de um terço dos constituintes e será submetido a parecer prévio da Comissão de Sistematização, que terá cinco dias para apresentá-lo em plenário. Caberá, então, ao plenário, em dois turnos de discussão e votação e por maioria absoluta, a decisão final da matéria.

Sobrestar: A expressão foi muito usada, nos últimos dias, por fazer parte da polêmica emenda do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) aprovada ontem disciplinando o alcance dos projetos de decisão e significa "suspender" as medidas que possam ameaçar os trabalhos e decisões da Constituinte.

Substitutivo: Projeto

posterior que substitui na totalidade a versão original. O substitutivo aprovado ontem foi a segunda versão do projeto inicial, de Regimento Interno da Constituinte.

Votação simbólica: Existem três tipos de votação no Parlamento brasileiro. Pelo processo simbólico, o presidente, ao anunciar a votação, de qualquer matéria, convidará os constituintes a favor a permanecerem sentados e proclamará o resultado manifesto dos votos.

Votação Nominal: É realizada pelo sistema eletrônico de votos ou pela chamada nominal dos constituintes. **Escrutinio Secreto:** Na Constituinte, a votação secreta será restringida à eleição da sua Mesa Diretora.

Pedidos de Destaque: Os pedidos de destaque são apresentados a fim de que artigos, parágrafos ou apenas trechos da matéria seja votado em separado. Para que a proposição destacada retorne ao corpo principal da matéria, ele terá que atingir o mesmo quorum obtido pelo projeto ou substitutivo de que deriva. Na Constituinte, o quorum é o da maioria absoluta, ou seja, 280 votos positivos.

Novo presidente do STF quer o judiciário forte

O novo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Rafael Mayer, defendeu ontem a figura de um Poder Judiciário forte, moderno e independente como instrumento necessário para o desenvolvimento do regime democrático. Numa posse concorrida, que contou com a participação do presidente José Sarney e de representantes do mundo político e jurídico, Mayer chamou atenção para o momento atual e aproveitou para exaltar a missão do juiz na solução dos conflitos sociais.

Demonstrando simplicidade, mas firmeza, Rafael Mayer deu seu recado diante de um público selecionado que o ouviu com atenção. Diante do presidente José Sarney, de quase todos os ministros de Estado, de constituintes e governadores eleitos, ele aproveitou para destacar a figura do Poder Judiciário como o guardião da Constituição e o instrumento necessário para a realização dos direitos e garantias individuais. E explicou que no mundo ocidental, Nação que não observa direitos individuais e separação de poderes "não



Sarney cumprimenta Mayer

tem Constituição". Mayer fez menção sobre o STF definindo-o como um tribunal que se mostra qualificado para o tempo brasileiro e para o momento histórico, "pela sua aptidão e compromisso no trato dos princípios basilares do regime democrático e do Estado de Direito".



Josemar Gonçalves

Maurílio Ferreira Lima possibilitou o entendimento

Começa disputa das comissões

Duas comissões — Ordem Econômica e Sistematização — estão concentrando o interesse dos constituintes. Serão 559 deputados e senadores disputando espaço em comissões que contam, respectivamente, com 63 e 89 vagas. Como não haverá lugar para todos, os líderes partidários, que farão as indicações, terão de enfrentar muitos problemas.

Em cada uma das comissões e subcomissões, o enfrentamento entre direita e esquerda será forte. Entretanto, em algumas comissões e subcomissões, o debate entre conservadores e progressistas será mais violento, como na Comissão de Ordem Econômica. Será lá, que boa parte dos constituintes eleitos pelo poder econômico nas últimas eleições se concentrará, para tentar estipular novas normas constitucionais que vão de encontro a seus interesses. A combatê-los surgirão constituintes mais ligados às causas populares e eleitos pelos partidos ideológicos ou pelas esquerdas das outras legendas. Essa comissão, como as demais, se subdividirá em três subcomissões: de princípios gerais, intervenção do Estado, regime da propriedade do subsolo e da atividade econômica; da questão urbana e transportes; da política agrícola e fundiária e da reforma agrária.

Lobby

Na subcomissão de ciência e

Instalação só em duas semanas

Demoradas e turbulentas negociações entre partidos, líderes e liderados deverão fazer com que a instalação das comissões da Constituinte só seja feita daqui a duas semanas. As lideranças terão de demover grande parte dos membros de suas bancadas, da postulação de pertencerem a determinadas comissões, como a de Sistematização.

Ao contrário de seus colegas, o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) afirma não ter interesse em fazer parte da Comissão de Sistematização. Lembrando que seu partido terá direito a poucas vagas, ele estranha tão grande interesse dos demais parlamentares em pertencer à Comissão de Sistematização: "Eu quero é ser indicado para a subcomissão de Sistema Legislativo". Quando eu quiser vou à Comissão de Sistematização, e mesmo sem direito a voto apresento a minha posição" — explicou.

Entretanto, enquanto Bonifácio de Andrada não pleiteia indicação para presidente ou relator de

Comissão, parlamentares de outros partidos não escondem suas pretensões. O deputado Antônio Britto (PMDB-RS), por exemplo, deseja ir para a subcomissão da Questão Urbana e Transporte. Indagado se postula indicação para o cargo de relator, respondeu, sorrindo maliciosamente: "Não sei, o partido é que escolhe".

A Comissão de Ordem Econômica tem pelo menos dois candidatos aos cargos de relator e presidente. Ambos são paulistas e peemedebistas: o senador Severo Gomes e o deputado Roberto Cardoso Alves. O deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) quer ser o presidente da Comissão de Organização Eleitoral. Os deputados petistas José Genoíno e Plínio de Arruda Sampaio disputam quem será indicado relator, e quem irá diretamente para a Comissão de Sistematização. Já o deputado Euclides Scalco (PMDB-PR) brigará com um mineiro e um paranaense pelo cargo de relator da subcomissão de Saúde.